

[illegible]




Nº DO PROCESSO	0017512/2023	DATA DE ENTRADA	24/08/2023 16:13:54
SETOR DO USUÁRIO			
COMISSÃO DE LICITAÇÃO			

COMPLEMENTO  
RECURSO CP 02/2023 - PARTNERS

<b>REQUERENTE</b>	
PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA	
<b>TELEFONE</b>	<b>CORREIO ELETRÔNICO (EMAIL)</b>

[illegible]

 <p>Estado do Rio de Janeiro Prefeitura Municipal de Maricá</p>	Nº DO PROCESSO	DATA ABERTURA
	<b>0017512/2023</b>	24/08/2023 16:13:54
<p><b>REQUERENTE</b> PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA</p> <p><b>ASSUNTO</b> LICITAÇÃO / INTERPOSIÇÃO DE RECURSOS</p> <p><b>COMPLEMENTO</b> RECURSO CP 02/2023 - PARTNERS</p>		

## PROCURAÇÃO

### OUTORGANTE:

**PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.958.504/0001-07, estabelecida na Rua Desembargador Alfredo de Albuquerque, nº 200, Bairro Santo Antônio, Belo Horizonte/MG, CEP 30330-250, devidamente representada neste ato, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os advogados sócios abaixo identificados, da **ANDRADE SILVA ADVOGADOS**.

### OUTORGADOS:

**David Gonçalves de Andrade Silva**, OAB/MG nº 52.334, OAB/SP nº 160.031-A e OAB/DF nº 29.006; **Ivo Neri Avelar**, OAB/MG nº 108.669 e OAB/DF nº 47.203; **Letícia Caram André e Rocha Miranda**, OAB/MG nº 82.766 e OAB/DF nº 47.635; **Rodrigo Rocha de Sá Macedo**, OAB/MG nº 139.463 e OAB/DF nº 57.528; **Bianca Dias de Andrade**, OAB/MG nº 151.517; **Marcela de Farias Velasco**, OAB/MG nº 178.114; **Elis Christina Pinto**, OAB/MG nº 119.289; **Isadora Soares Miranda**, OAB/MG nº 163.944; **Lucas Moreira Gonçalves**, OAB/MG nº 175.702; **Aldemir Pereira Nogueira**, OAB/DF nº 31.949; **Renatha Amaral Silva**, OAB/MG nº 200.811; **Bárbara Poline Mendes Oliveira**, OAB/MG nº 179.281; **Ailton Pereira de Souza Filho**, OAB/MG: 207.494 e **Bruna Vieira dos Santos**, OAB/MG 212.851.

### ENDEREÇO PROFISSIONAL:

**ANDRADE SILVA ADVOGADOS**, estabelecida em **Belo Horizonte - MG**, sob o CNPJ/MF nº 03.257.991/0001-80 e com registro na OAB/MG sob o nº 905, na Avenida do Contorno, nº 3.800, 10º Andar, Ed. João Gasparini, Funcionários, CEP 30110-022, e estabelecida em **Brasília - DF**, sob o CNPJ/MF nº 13.336.448/0001-22 e com registro na OAB/DF sob o nº 1729/10-RS, no SGAN Quadra 601, Bloco H, Conj. 2068, Ed. ÍON, Asa Norte, CEP 70830-018.

### PODERES:

Em conjunto ou separadamente, atuar no foro em geral, especialmente para representá-la no processo licitatório em epígrafe, até final instância, praticando todos os atos necessários, e também os poderes especiais para transigir, desistir, renunciar ao direito em que se funda a ação, receber, dar quitação, firmar compromisso e substabelecer, por tempo determinado, perdurando até 12 meses.

Belo Horizonte - MG, 28 de fevereiro de 2023.

**DINO BASTOS** Assinado de forma  
digital por DINO  
BASTOS  
**SAVIO:01441** SAVIO:01441093605  
**093605** Dados: 2023.03.01  
14:20:24 -03'00'

**PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA.**  
CNPJ nº 03.958.504/0001-07



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARICÁ  
COMISSÃO DE LICITAÇÃO**

**9ª ATA DE REALIZAÇÃO DA CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 02/2023 PMM**

Aos dezessete dias do mês de agosto do ano de 2023, às 10h00min, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Maricá, reuniu-se sob a coordenação da Vice-Presidente da CPL THATIA CORRÊA SCHMILDT, presencialmente e remotamente os membros: Luiz Fernando da Costa Azevedo, Marcos Assumpção Andrade, Miriam Abrantes Salti de Carvalho, Marília Nogueira Gil Santana, Fatima Maria Cordeiro de Souza, Rodrigo Otávio Ismério Ramos, Cristiane Garcia do Nascimento, Maria Lúcia Cardoso Travassos, Djalma Alves da Silva, Ana Paula Costa da Cruz e Jonathan Oliveira Rocha, para proceder à continuação da Concorrência Pública n.º 02/2023 – PMM, autorizada no presente processo, pela lavra do Ordenador de Despesa. Os links da sessão são os que seguem:

<https://us05web.zoom.us/j/89157963230?pwd=aCta0lbbyLg7LY0Km0p7PkvmINFjYb.1>

Retornaram ao certame as empresas: **UP SOLUÇÕES LTDA**, representada pelo Sr. Renério Amaral de Aguiar Filho, **COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EM SAÚDE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA**, representada pelo Sr. Rafael Meira de Figueiredo, empresa **LIRA FILMES PRODUÇÕES LTDA**, representada pelo Sr. Roberto Gonçalves e Lima. Informa-se que foi dado vista no documento original do representante da empresa **LIRA FILMES PRODUÇÕES LTDA**. De início, cumpre informar que as empresas **UP SOLUÇÕES LTDA**, **DIGILAB SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS LTDA**, **COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EM SAÚDE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA** e **PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA**, interpuseram recurso, em especial, em face dos resultados das análises das propostas técnicas, realizadas pela Subcomissão Técnica da secretaria requisitante, os quais restaram indeferidos. Desse modo, as empresas classificadas foram as seguintes:

<b>EMPRESA</b>	<b>NOTA TÉCNICA</b>
LIRA FILMES	94
COOPAS	88
PARTNERS COMUNICAÇÃO	86
UP SOLUÇÕES	82

Em prosseguimento, foram abertos os envelopes de preço, contendo os seguintes valores: **UP SOLUÇÕES LTDA**, R\$ 2.683.180,50, empresa **PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA**, R\$ 2.850.879,28, **LIRA FILMES PRODUÇÕES LTDA**, R\$ 3.174.136,08, **COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EM SAÚDE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA**, R\$ 4.416.260,00. Informa-se que foi solicitado ao representante da empresa **UP SOLUÇÕES LTDA** a inclusão da validade da proposta e a inscrição municipal e, ainda, preencher o campo indicado para o carimbo da empresa na proposta apresentada. Em prosseguimento foram verificados os seguintes apontamentos: A empresa **LIRA FILMES PRODUÇÕES LTDA** ofertou o valor unitário do item 5, acima do estimado; e a **COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EM SAÚDE** ofertou o valor total acima do estimado. Informa-se que serão registrados os valores totais inicialmente ofertados e, após o resultado da nota final, a empresa vencedora, deverá adequar os valores com base nos valores estimados para a contratação, se for o caso. Em ato contínuo, em observância ao disposto no subitem 12.4.2, do edital, a Nota Final dos participantes foi composta com base na seguinte Fórmula -  **$NP = 100 \times (MP/PP)$** , sendo: NP = Nota de Preço, MP = Menor Preço ofertado entre as classificadas, PP = Preço Proposto pelo proponente. Desse modo, o resultado é o que segue:

Empresa	Nota Técnica	Preço	Nota Preço	Nota Final
<b>LIRA</b>	94	R\$ 3.174.136,08	85	91
<b>COOPAS</b>	88	R\$ 4.416.260,00	61	80
<b>PARTNERS</b>	86	R\$ 2.850.879,28	94	88
<b>UP</b>	82	R\$ 2.683.180,50	100	87
Menor valor =		R\$ 2.683.180,50		

Diante disso, a empresa **LIRA FILMES PRODUÇÕES LTDA** foi provisoriamente declarada vencedora do certame. Considerando que a referida empresa, apresentou valor unitário do item 5 acima do valor estimado, foi solicitada a adequação do valor, após a retificação passando a constar a quantia de R\$ 3.138.436,08 (três milhões, cento e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos). Após, foi perguntado aos licitantes sobre a intenção de interposição de recurso, os mesmos responderam negativamente. Em oportuno, cumpre informar que o representante da **COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EM SAÚDE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA** e **PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA** apontou que a planilha do edital referente ao valor estimado, indica o menor valor unitário total e que por isso permite a interpretação de que os valores propostos deveriam ser maiores do que os apontados. E que por essa razão apresentou o

valor da proposta acima do valor estimado. Cumpre ainda esclarecer que, em atendimento ao subitem 11.6.1, do edital, os envelopes 02 e 03 dos licitantes não habilitados serão devolvidos aos desclassificados após a homologação. Após, foi aberto o prazo de recurso que deverá obrigatoriamente ser apresentado no prazo de 5 (cinco) dias úteis. Interposto o recurso os demais licitantes estarão desde logo intimados para apresentar contrarrazões no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, que começarão a correr do término do prazo do recorrente. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão e, para constar, a presente ata que, após lida e acatada, vai assinada pela Vice-Presidente da CPL, Equipe de apoio e Licitantes presentes.

**THATIA CORRÊA SCHMILDT**

Vice-Presidente da CPL

Maricá, 17 de agosto de 2023.

Membros da Equipe de Apoio	
Cristiane Garcia do Nascimento	Rodrigo Otávio Ismério Ramos
Jonathan Oliveira Rocha	Marcos Assumpção Andrade
Djalma Alves da Silva	Miriam Abrantes Salti De Carvalho
Luiz Fernando da Costa Azevedo	Marilia Nogueira Gil Santana
Ana Paula Costa da Cruz	Maria Lúcia Cardoso Travassos
Fatima Maria Cordeiro de Souza	
<b>EMPRESAS PARTICIPANTES PRESENTES</b>	
<b>UP SOLUÇÕES LTDA</b> , representada pelo Sr. Renério Amaral de Aguiar Filho	
<b>COOPERATIVA DE TRABALHO DE PRODUÇÃO AUDIOVISUAL EM SAÚDE, SANEAMENTO E MEIO AMBIENTE LTDA</b> , representada pelo Sr. Rafael Meira de Figueiredo	
<b>LIRA FILMES PRODUÇÕES LTDA</b> , representada pelo Sr. Roberto Gonçalves e Lima	

À ILMA.

AUTORIDADE COMPETENTE POR INTERMÉDIO DO  
ILMO. PRESIDENTE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA  
PREFEITURA DE MARICÁ



Aproxime a câmera de  
seu celular e tenha  
acesso a um conteúdo  
interativo.



## CONCORRÊNCIA Nº 02/2023

A **PARTNERS COMUNICAÇÃO INTEGRADA LTDA.**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o número 03.958.504/0001-07, com sede na Rua Desembargador Alfredo de Albuquerque, nº 200, Santo Antônio, Belo Horizonte - MG, CEP 30330-250, vem, respeitosamente, à presença de Vossa Senhoria, com fundamento no art. 109, I, b, da Lei 8.666/93 e do item 18.1, do edital, apresentar **RECURSO** contra a classificação das propostas de preços das licitantes **LIRA Filmes Produções Ltda. e COOPAS - Cooperativa de Trabalho de Produção Audiovisual em saúde, Saneamento e Meio Ambiente Ltda.**, conforme passa a expor:

### I – TEMPESTIVIDADE

A sessão de abertura de preços foi realizada no dia **17 de agosto de 2023, na mesma data em que a ata foi publicada**. Assim, o prazo para interposição de recurso administrativo **finda em 24 de agosto de 2023**. Portanto, **tempestivo** o presente recurso.

### II - FUNDAMENTOS JURÍDICOS

#### II.1. DOS FATOS E QUANTO À NECESSIDADE DE RETIFICAÇÃO DA 9ª ATA DA SESSÃO PÚBLICA DO PRESENTE CERTAME.

O certame, que se destina à contratação de “serviços de produção audiovisual para a execução de programas jornalísticos e culturais a serem veiculados em plataformas de vídeo, canais de televisão ou mídias sociais para a Prefeitura de Maricá”, foi definido pela modalidade “técnica e preço”, com proporcionalidade estabelecida de 70% para a técnica e 30% para o preço;

Para balizar a precificação das concorrentes, o edital trouxe duas informações fundamentais:

II.1.1. Os recursos orçamentários destinados à contratação, dispostos no item 6.2 do edital, como segue:

“6.2. O serviço ora licitado está orçado em R\$ 3.353.975,62 (três milhões trezentos e cinquenta e três mil novecentos e setenta e cinco reais e sessenta e dois centavos).”

II.1.2. A Planilha de Quantitativos e Valores Unitários (Anexo 1).

Passada a fase de habilitação, aconteceu a abertura e julgamento das propostas técnicas. Nesta etapa, além da Partners Comunicação Integrada, apresentaram recursos as licitantes Up Soluções Ltda, Digilab Soluções Tecnológicas LTDA. e COOPAS – Cooperativa de Trabalho e Produção Audiovisual em Saúde. Contudo, todos os recursos referentes às propostas técnicas foram indeferidos e a Digilab foi desclassificada, restando quatro concorrentes: Partners Comunicação Integrada, COOPAS – Cooperativa de Trabalho de Produção Audiovisual em Saúde, Saneamento e Meio Ambiente Ltda., Lira Filmes Produções Ltda. e Up Soluções Ltda.

Foi realizada, então, a abertura dos envelopes de preços, em sessão realizada em 17 de agosto de 2023. Importante registrar que a **Partners Comunicação Integrada não enviou representante a essa sessão**, embora essa situação conste, equivocadamente, na 9ª ata, onde se lê:

“Por oportuno, cumpre informar que o representante da Cooperativa de Trabalho de Produção Audiovisual em saúde, Saneamento e Meio Ambiente Ltda. e Partners Comunicação Integrada apontou que a planilha do edital referente ao valor estimado indica...”

Trata-se de apontamento duplamente equivocado, porque:

- a) Dá a entender que o representante da COOPAS e da Partners seriam a mesma pessoa, respondendo pelas propostas de preços de duas concorrentes, o que já seria, em si, irregular, como está claríssimo no item 11.4 do edital, que prevê os procedimentos de representação das concorrentes nas sessões públicas:

“11.4. Poderão estar presentes mais de um representante de cada licitante, porém apenas um único poderá se manifestar durante cada sessão. Nestas sessões, as empresas licitantes poderão ser representadas por um dos diretores ou por procurador, estes munidos das respectivas procurações passadas em cartório. No caso de representação por procurador, o instrumento de mandato deverá ser previamente apresentado à Comissão de Licitação, antes da realização da licitação.”

- b) A Partners não fez qualquer comentário sobre interpretações equivocadas quanto aos valores de referência da Planilha de Preços Unitários, como dá a entender a redação da ata. Ao contrário, considerou, como máximos, os valores expressos na planilha do edital, como manda a lei, e não superou, em nenhum item da sua proposta de preços, os valores unitários e globais expostos no edital.

Tendo verificado o erro de redação, a Partners enviou e-mail à CPL, não respondido até a presente data, solicitando a retificação da 9ª ata. Diante disso, indispensável que a redação da 9ª ata seja retificada, de modo que reflita o efetivamente ocorrido.

## II.2 PROPOSTAS DE PREÇOS COM VALORES SUPERIORES AOS ESTIMADOS PARA A CONTRATAÇÃO: OBRIGATORIEDADE DE DESCLASSIFICAÇÃO DAS LICITANTES LIRA E COOPAS

Em relação ao julgamento das propostas, cumpre ressaltar que, feito o cotejo entre as notas de técnica e preço e estabelecidas as notas finais, restou a Partners, ora recorrente, em segundo lugar, com pontuação total 88, ao passo que a Lira Filmes foi declarada provisoriamente vencedora, com 91 pontos. Na mesma fase, a concorrente **Coopas apresentou preço de R\$ 4.416.260,00, ou seja, 30% superior à verba referencial estabelecida no edital.**

Conforme se demonstrará nos itens abaixo, a apresentação de preços superiores ao estimado no edital pela licitante COOPAS, e também pela Lira Filmes, impõe a imediata desclassificação das citadas empresas, sob pena de grave violação à legalidade do certame, dando ensejo à sua anulação.

### II.2.1. Obrigatoriedade de desclassificação da COOPAS

Ao apresentar proposta de preço com valor total mais de 30% acima da verba referenciada no edital, a Coopas tornou sua desclassificação no certame líquida, certa e obrigatória, de acordo com o disposto no art. 46, § 1º, da Lei 8.666/93, que rege a presente licitação e prevê a obrigatoriedade da fixação e divulgação, no edital convocatório, da verba máxima prevista, em dotação, para qualquer contratação feita com recursos públicos. Aprofundando esse entendimento, o art. 48, II da mesma lei dita que:

“Art. 48. Serão desclassificadas:

[...] II - propostas com valor global superior ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter



demonstrada sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto do contrato, condições estas necessariamente especificadas no ato convocatório da licitação.” (g.n)

Também o TCU – Tribunal de Contas da União, por várias vezes, já expressou seu entendimento quanto a esta obrigatoriedade, **ressaltando que o limite estabelecido é fator ordenador da licitação, e frisando, com veemência, a responsabilidade do gestor público no cumprimento desta norma legal:**

“Acórdão 1090/2007 – TCU – Plenário: O estabelecimento dos critérios de aceitabilidade de preços unitários, com a fixação de preços máximos, ao contrário do que sugere a interpretação literal da lei, **é obrigação do gestor e não sua faculdade, uma vez que o limite constitui fator ordenador da licitação**, ao evitar a disparidade exagerada dos preços unitários e global constantes das propostas, predispondo a contratação futura a alterações indevidas.”

“...consoante vem se firmando na jurisprudência desta Casa, **o estabelecimento dos critérios de aceitabilidade de preços unitários, com a fixação de preços máximos, é, na verdade, um poder-dever do gestor e não uma mera faculdade conferida pela lei, mesmo nas licitações por preço global** (Acórdão 1090/2007-Plenário, Acórdão 2555/2009 – Plenário e Acórdão 206/2007-Plenário)” (g.n)

No acórdão n. 6.456/2011, 1ª Câmara, o TCU foi inequívoco ao decidir que, se a Administração estipular um preço máximo diferente do valor estimado da contratação, o referido preço jamais poderá ser mais elevado que o valor de referência do certame:

“A Administração não pode estabelecer preço máximo, como critério de aceitabilidade dos preços unitários e global, superior ao valor orçado. Quando a Administração verifica ser possível contratar por determinado valor, não há razão para a Administração admitir propostas com valores mais elevados.”

*In casu*, os preços, global e unitário, oferecidos, respectivamente, pelas licitantes COOPAS e Lira Filmes, foram superiores ao valor total e aos valores unitários de referência da licitação estipulados na Planilha de Quantitativos e Valores Unitários, razão pela qual, indiscutivelmente, ambas as propostas deverão ser desclassificadas.

Para o TCU, a apresentação de preços, global e/ou unitário, superior ao valor orçado, somente poderá admitida quando verificar-se tarde demais que o orçamento estimado não está a refletir os preços praticados no mercado:

“Somente é lícito contratar por valores superiores aos orçados nos casos em que a Administração verifica tarde demais, para ajustar o orçamento, que os preços orçados não correspondem aos de mercado. Tal circunstância, entretanto, deve ser devidamente demonstrada pela Administração nos autos do processo licitatório.” (Acórdão n. 6.456/2011, 1ª Câmara)

Assim, com base no mecanismo legal que define que o limite é fator ordenador da licitação, está claro que a Coopas contraria um aspecto fundamental da Lei de Licitações, o que não permite sua continuidade no certame e exige sua desclassificação imediata.

## II.2.2 Da obrigatoriedade da desclassificação da Lira Filmes

Levando em conta a mesma determinação legal que reforça que qualquer preço colocado acima dos valores de referência deve levar à desclassificação da licitante, **é impositivo que a concorrente Lira Filmes também seja desclassificada.**

Isso é constatável, já que a concorrente Lira superou, na precificação do item “Faixas de programação – conteúdo licenciado – sem limite de tempo”, a verba referencial estabelecida na Planilha de Quantitativos e Valores Unitários, tendo sua proposta de preços sido corrigida, no ato da abertura dos envelopes na sessão de 17 de agosto de 2023, com uma anotação feita à caneta com o valor do preço máximo unitário do item no edital, ou seja R\$ 950,00 enquanto a proponente informou, R\$ 984,25 como preço unitário. como comprova a foto abaixo:

4	REVISTA CULTURAL- 1H30 DE DURAÇÃO	UNIDADE	52	R\$ 14.136,54	R\$ 735.099,92
5	FAIXAS DE PROGRAMAÇÃO CONTEÚDO LIENCIADO - SEM LIMITE DE TEMPO	UNIDADE	254	R\$ 984,25 R\$ 950,00	R\$ 250.000,00 R\$ 241.300,00
TOTAL ORÇAMENTO					R\$ 3.174.136,08 R\$ 3.138.436,08

OBS: Deve ser colocado dentro do envelope de Proposta de Preços uma via da Proposta impressa e um CD/Pen drive (que será devolvido ao final da sessão) contendo arquivo do Word e Excel com a Proposta devidamente preenchida, em teor igual ao da impressa.

Além disso, a ação de reajuste do preço da Lira Filmes, para fazê-la “caber” na verba referencial estabelecida na planilha, consta como fato declarado na própria 9ª ata lavrada pela Comissão Permanente de Licitação, onde se lê que:

“Diante disso, a empresa Lira Filmes Produções Ltda. foi provisoriamente declarada vencedora do certame. **Considerando que a referida empresa apresentou valor unitário do item 5 acima do valor estimado, foi solicitada a adequação de valor, após a retificação passando a constar a quantia de R\$ 3.138.436,08** (Três milhões, cento e trinta e oito mil, quatrocentos e trinta e seis reais e oito centavos).” (g.n)

Ora: a lei 8666/93, que rege essa licitação, é clara ao estabelecer, no art. 40, X, que **os preços máximos unitários previstos no edital do certame são um critério de avaliação que não pode ser desrespeitado:**

“Art. 40. O edital conterá no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

[...] X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48

Reforçando esse posicionamento, o Superior Tribunal de Justiça também já se posicionou pela **legalidade da desclassificação de licitante que descumpriu o edital no que tange ao preço máximo unitário:**

“ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. PREÇO MÁXIMO. UNITÁRIO. DESCLASSIFICAÇÃO. 1. Legalidade da desclassificação de licitante que descumprira exigência editalícia quanto ao preço máximo unitário. Inteligência do artigo 50, X, da Lei de Licitações. 2. Recurso especial provido.” (Resp n. 651.395/SC, relator Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 18/5/2006, DJ de 30/5/2006, p. 136.)

Além do evidente descumprimento do que está estabelecido na lei 8.666/93 e que é claramente reafirmado pelo TCU e pelo Superior Tribunal de Justiça, **o mecanismo de ajuste dos valores de itens dos preços ofertados à caneta, após a abertura dos envelopes, não é encontrado em nenhum ponto do edital.** Muito diversamente, no edital, o

item 11.5.2. confirma que, após a fase de Habilitação, o que foi entregue por cada licitante em seus envelopes lacrados valerá para avaliar sua proposta em todos os seus aspectos e em todas as fases, até o final do certame:

“11.5.2. Após iniciada a fase de habilitação, não cabe desistência de proposta, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão de Licitação.”

Importante frisar, para evitar qualquer falha de entendimento, que o item 12.5 do mesmo edital, que se refere aos Direitos de Preferência das micro ou pequenas empresas, não se aplica ao que foi feito na sessão de 17 de agosto de 2023, nem justifica o procedimento apócrifo de correção e redução, à caneta, do valor do item expresso na única via de proposta de preços apresentada pela Lira Filmes (mais um descumprimento do edital, que exigia duas vias, embora a irregularidade não tenha sido registrada em ata).

Pela mesma razão, não pode prosperar e deve ser retificado, já que se trata de erro da administração, a condução futura prevista na 9ª ata, em que a CPL grafa que:

“Informa-se que serão registrados os valores totais inicialmente ofertados e, **após o resultado da nota final, a empresa vencedora deverá adequar os valores com base nos valores estimados para a contratação**, se for o caso.”

Ora, senhores: se os preços puderem ser ajustados “após o resultado da nota final para adequar os valores com base nos valores estimados para a contratação”, onde ficará o respeito ao princípio do limite orçamentário como ordenador do certame, tão reforçado pela lei, pelos acórdãos do TCU e pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça? Tal providência, na prática, derruba a importância do critério preço como fator inalienável da nota final das concorrentes, criando um precedente que, se aceito, torna o processo ilegal e macula o certame de vício insanável, ferindo os princípios da legalidade e da eficiência.

### III- PEDIDOS E REQUERIMENTOS

Pelo exposto, requer-se seja o presente **RECURSO RECEBIDO** e **PROVIDO**, de modo que as propostas de preços apresentadas pelas licitantes **Lira Filmes** e **Coopas - Cooperativa de Trabalho de Produção Audiovisual em Saúde, Saneamento e Meio Ambiente Ltda** sejam desclassificadas.

Requer-se ainda a devida retificação do contido na 9ª ata do certame, lavrada em 17 de agosto de 2023 que, equivocadamente, registrou a presença de representante da Partners, bem como sua suposta anuência aos procedimentos adotados na sessão.

Caso não seja este o entendimento de V. Sa., requer-se o encaminhamento deste à autoridade superior, para que aprecie seu mérito.

Nestes termos,  
PEDE PROVIMENTO

DAVID GONÇALVES DE ANDRADE  
Assinado de forma digital por  
DAVID GONÇALVES DE  
ANDRADE SILVA:61099422604  
Dados: 2023.08.24 15:42:34  
-03'00'

Belo Horizonte – MG, 24 de agosto de 2023.

**DAVID GONÇALVES DE ANDRADE SILVA**  
OAB/MG nº 52.334  
OAB/SP nº 160.031-A  
OAB/DF nº 29.006

**ANA FLÁVIA PATRUS**  
OAB/MG nº 98.000